

mardi 6 février 2007

Manifesto do Comitê de Vigilância referente aos usos públicos da História, 17 de junho de 2005

Como pesquisadores e professores de história, nosso papel principal consiste em elaborar e em transmitir conhecimentos rigorosos sobre o passado. Tais conhecimentos resultam de uma análise crítica das fontes disponíveis e responde às questões cujo objetivo principal é de melhor compreender os fenômenos históricos e não o de julgá-los. No entanto, os historiadores não vivem em uma torre de marfim. Desde o século XIX, o contexto político e social teve um papel essencial no que diz respeito à renovação de seus objetos de estudo. As lutas operárias, o movimento feminista, a mobilização coletiva contra o racismo, o anti-semitismo e a colonização, levaram vários historiadores a interessar-se pelos “excluídos” da história oficial, mesmo que a França tenha ficado para trás destas modificações.

Há, portanto, uma relação estreita entre a pesquisa histórica e a memória coletiva, mas essas duas maneiras de apreender o passado não podem ser confundidas. Se é normal que os atores da vida pública sejam inclinados à apropriar-se de argumentos históricos para justificar suas causas e seus interesses, na responsabilidade de professores-pesquisadores nós não podemos admitir a instrumentalização do passado. Nós devemos nos esforçar para colocarmos à disposição de todos os conhecimentos e questionamentos suscetíveis de favorecer uma melhor compreensão da história, de maneira a nutrir o espírito crítico do cidadão, fornecendo-o elementos que o permitirá enriquecer seu próprio julgamento político, ao contrário de falar em seu nome.

As atuais questões sobre a memória

Em um século, foram várias as tentativas que visavam colocar a história à serviço da política. O nacionalismo e o stalinismo mostraram que a partir do momento em que os historiadores, e também os outros intelectuais renunciaram a defender a autonomia do pensamento crítico, as consequências só poderiam ser desastrosas para a democracia. No decorrer dos últimos tempos, as manipulações do passado foram multiplicadas. Os “negacionistas”, estes “assassinos da memória” (Pierre Vidal Naquet), buscaram distorcer a história do Holocausto para servir às teses da extrema direita. Atualmente, o problema principal recai sobre a questão colonial. Em várias cidades do sul da França, apareceram diversos escritos celebrando os ativistas da OAS (Organisation de l’armée secrète), os quais haviam sido condenados pela justiça por suas atividades anti-republicanas. Recentemente, o governo não exitou em adotar uma lei (23 fevereiro de 2005) exigindo dos professores que eles insistissem sobre “o papel positivo” da colonização.

Este lei não é apenas inquietante porque ela é constituída por uma visão conservadora do passado colonial, mas também porque ela traduz o profundo desprezo de parte do poder político em relação aos povos colonizados e ao trabalho dos historiadores. Esta lei reflete uma tendência que pode ser entendida de forma mais geral. A intervenção crescente do poder político e das mídias em questões de ordem histórica tende a impor julgamentos de valor em detrimento à análise crítica dos fenômenos. As polêmicas sobre a memória multiplicam-se e tornam-se cada vez mais nocivas. Alguns não hesitam em estabelecer classificações macabras, buscando hierarquizar as vítimas das atrocidades históricas, ou mesmo opondo as vítimas entre elas. Encontram-se ainda militantes, ávidos por combater as injustiças e as irregularidades presentes na França atualmente, se colocando no terreno de seus adversários, confundindo as polêmicas

sobre o passado e as lutas sociais recentes. Apresentar aqueles que são esquecidos pela sociedade capitalista atual como “nativos da República”, é refletir sobre o presente a partir de categorias de ontem, é deixar-se enganar por aqueles que têm o interesse de apropriar-se dos problemas fundamentais da sociedade francesa, reduzindo-os à questões de memória.

Há várias outras áreas nas quais os historiadores são confrontados por esta lógica partidária. A multiplicação dos “lugares de memória” denunciando os “horrores da guerra” ou celebrando “a cultura de mercado” tende a impor uma visão consensual de história, que oculta os conflitos, as dominações, as revoltas e as resistências. Os debates da atualidade ignoram as aquisições trazidas pela pesquisa histórica e se contentam, frequentemente, de opor um “passado” adornado com todas as virtudes e destinado a um presente inquietante e ameaçador: “Em outros tempos, os imigrantes respeitavam ‘nossas’ tradições porque eles queriam ‘se integrar’”. Hoje, eles nos ameaçam e vivem enfiados em suas comunidades. Antigamente, os trabalhadores lutavam por boas razões, atualmente eles pensam apenas em defender seus interesses “corporativistas”, encorajados por intelectuais “populistas” e “irresponsáveis”.

Estamos cansados de constantemente ter que relatar os aspectos “positivos” ou “negativos” da história. Nós nos recusamos a servir de árbitro para as polêmicas sobre as “verdadeiras” vítimas das atrocidades do passado. Esses discursos não levam em consideração nem a complexidade dos processos históricos, nem o papel real representado pelos atores, nem as questões de poder presentes no dado momento. No final das contas, os cidadãos que se interrogam sobre os problemas que, por vezes, os afetaram diretamente (a eles e a suas famílias), são privados de ferramentas que permitam compreendê-los.

A necessidade da ação coletiva

É verdade que vários dentre nós já haviam acionado, há algum tempo, o alarme em livros e artigos de imprensa. Mas, hoje em dia, essas reações individuais são insuficientes. A informação-espetáculo e a obsessão por audiência impulsionam constantemente à escalada, valorizando os provocadores e os apresentadores que são tidos como figuras públicas, em detrimento aos historiadores que realizaram pesquisas aprofundadas, considerando a complexidade do real. Para resistir de forma eficaz a essas investidas, é necessário agir coletivamente. É por isso que convidamos todos aqueles que recusam que a história seja abandonada nas mãos dos operantes da memória a unir-se ao nosso Comitê de vigilância. Duas áreas de reflexão e ação nos parecem prioritárias:

1. O ensino de história. O debate atual sobre a história colonial ilustra um mal-estar generalizado no que concerne o ensino de nossa disciplina, e o enorme descompasso que existe entre os avanços das pesquisas e o conteúdo dos programas. É fundamental começar a analisar as possibilidades para reduzir o fosso entre pesquisa e ensino, refletir sobre uma elaboração mais democrática e transparente dos programas, para que as diferentes correntes da pesquisa histórica sejam tratadas de maneira equitativa.
2. Os usos da história no espaço público. É evidente que nosso papel não é de dominar a memória. Nós não nos consideramos como especialistas que detém a Verdade sobre o passado. Nosso objetivo é simplesmente de nos certificarmos que os conhecimentos e os questionamentos que nós produzimos sejam colocados à disposição de todos. Para isso, é necessário promover ampla reflexão sobre os usos públicos da história, e propor soluções que permitam resistir mais eficazmente às tentativas de instrumentalização do passado.